

Falta de remédios prejudica programas da Saúde

KÁTIA MARSICANO

Até a segunda quinzena de outubro, chegam à Farmácia Central da Fundação Hospitalar do DF cerca de R\$ 3,5 milhões em medicamentos para abastecer os 12 hospitais da rede. A compra, que corresponde ao consumo de três meses, inclui mais de três mil itens de material médico-hospitalar, odontológico e laboratorial. A preocupação da Secretaria de Saúde agora é com o abastecimento dos 48 centros de saúde, que precisam da Central de Medicamentos (Ceme).

Segundo o secretário Paulo Kalume, as falhas de distribuição terão que ser administradas pela FHDF, para que não haja comprometimento dos programas, como Planejamento Familiar, Diabetes, Hipertensão, DST-AIDS e PRAIA, para adolescentes. Todo medicamento distribuído à população cadastrada nesses projetos vem da Ceme. Os anticoncepcionais, por exemplo, em falta na Farmácia da Central, foram comprados pelo GDF.

Apesar do grave problema causado pela não-aprovação do Orçamento da União de 1994, Kalume diz que tem contado com a ajuda do Ministério da Saúde, mas será difícil suprir o que não tiver na Ceme para distribuição entre postos e centros de saúde. A compra mais recente foi de 50 mil pílulas contraceptivas, suficientes para os próximos três meses.

Ainda este mês devem chegar

os remédios para hipertensão, os sais e penicilinas. O processo para aquisição de preservativos está em andamento e já se cogita abrir uma licitação internacional. As últimas camisinhas distribuídas há dois meses — cerca de 30 mil — vieram da Coreia, de melhor qualidade e mais baratas que as nacionais.

Redução — O secretário conta que, além da irregularidade dos estoques disponíveis na Ceme, a quantidade dos medicamentos foi reduzida em quase a metade. Só para se ter uma idéia, o remédio Aminofilina, para quem tem asma, está em falta e nesta época do ano, com a umidade relativa do ar a 12%, complica a saúde de muita gente, principalmente crianças.

O estoque de soluções fisiológicas nasais, também bastante consumidas no período da seca, está zerado na farmácia da Ceme. Para quem precisar e não tiver dinheiro, as opções são poucas. Os diabéticos, que fazem parte de um dos programas essenciais da Secretaria de Saúde, não têm o hipoglicemiante oral Glebenclamida. Há um mês, a Ceme não entrega.

De acordo com Walter Paulo Filho, assessor do Núcleo de Controle de Programas de Saúde da secretaria, responsável pela coordenação dos medicamentos básicos, o medicamento prescrito pelos médicos para tratamento de hipertensão, o Metildopa, agora está restrito apenas aos casos de gestação de alto risco.



Fotos: Tony Winston

Os hospitais estão garantidos por três meses com a licitação de outubro. A preocupação agora é com os postos, que dependem da Ceme